

A CRISE

ROTEIRO DE ESTUDO

- Seção 1 – As Unificações e o Nacionalismo
- Seção 2 – I Guerra Mundial
- Seção 3 – Revolução Russa
- Seção 4 – A Crise de 1929

UNIDADE II

pró
LICENCIATURA

Para início de conversa

Nesta Unidade II, você trabalhará com acontecimentos e processos históricos que começaram, já a partir da segunda metade do século XIX, a delinear a conjuntura de crise do modelo capitalista liberal.

Esses processos se iniciam com as Unificações Europeias da Itália e da Alemanha e com o surgimento do nacionalismo que antecipam e preparam os conflitos mundiais do século XX, como você verá na Seção I.

Adiante, será abordada a primeira grande manifestação da crise do capitalismo liberal: a I Primeira Guerra Mundial, que você trabalhará na Seção 2. Na conjuntura da I Guerra surge a primeira contestação política e ideológica ao capitalismo liberal consolidada em um Estado: a Revolução Russa e sua proposta de construir uma sociedade comunista, como você verificará na Seção 3.

E, finalmente, na Seção 4, você tomará contato com a Grande Crise de 1929 e a Grande Depressão da década de 1930, que são o principal sintoma da falibilidade do modelo capitalista liberal e, de certa forma, o seu final, pelo menos em suas concepções originais.

Tenha um bom estudo!!!!

SEÇÃO 1

As Unificações e o Nacionalismo

As mudanças na economia e na vida social ocorrida na Europa do século XIX provocaram surtos de desenvolvimento em algumas regiões, como é o caso do norte da Itália. A industrialização desenvolvida e o comércio forte fizeram com que as cidades se expandissem.

Alguns setores da sociedade local defendiam a ideia de que um país unificado poderia oferecer garantias fundamentais para o progresso e fomentaria oportunidades para se concorrer com outros países.

O discurso da unificação tinha ressonância popular porque, após o Congresso de Viena, a Itália ficou sob tutela da Áustria e fora dividida em sete países: ao norte, Reino do Piemonte-Sardenha, Parma; Módena e Toscana e Reino Lombardo-Veneziano; ao centro, o Estado Pontifício; e, ao sul, Reino das Duas Sicílias.

A classe média e boa parte dos operários reivindicavam a atuação de um Estado que desenvolvesse certas políticas de favorecimento à indústria local. Propunham a adoção de políticas democráticas, enquanto que os setores mais influentes desejavam a unificação rapidamente. O centro do governo seria a região do Piemonte-Sardenha.

O rei Carlos Alberto do Piemonte-Sardenha tentara a unificação, declarando guerra à Áustria, em 1848. O movimento estimulava o nacionalismo, apoiado no discurso do *risorgimento*, que consistia em reintroduzir no país o espírito da renascença e do império romano. Carlos foi vencido e outras rebeliões foram sufocadas, mas o

ideal de unificação continuou latente.

Em 1852, o ministro Cavour, do Piemonte, obteve o direito de tomar parte no Congresso de Paris, e ali foi discutida a unificação italiana. Mas Napoleão III entrou em acordo com a Áustria. O Piemonte recebeu a Lombardia, mas a Áustria conservou Veneza. Nesse tratado ficou combinada a formação de uma confederação dos Estados italianos sob a presidência do papa.

Sete anos mais tarde, alguns estados sob o domínio papal - Toscana, Parma, Módena e Romagna - manifestaram suas intenções de vincular-se ao Piemonte. Sob a condição de que a França recebesse Savoia e Nice, Napoleão III concordou.

Estes dois condados realizaram um plebiscito em 1860, que aprovou a passagem para o domínio da França. Garibaldi e outros voluntários tomaram posse da Sicília e de Nápoles. Por fim, as tropas piemontesas ocuparam os Estados papais que foram integrados à Itália.

Mas Garibaldi defendia o ideal republicano e por isso se opunha à casa de Savoia, que pretendia implantar um regime monárquico no país. Para não atrapalhar a unificação, afastou-se da vida pública temporariamente. O Piemonte dominava quase toda a Itália em 1861, quando Vítor Emanuel II declarou-se rei, transferindo a capital para a cidade de Florença.

Faltava Veneza e alguns estados papais. Depois da guerra entre a Áustria e Prússia, Veneza foi incorporada por meio de um plebiscito. A Áustria conservou as regiões do Trento e de Trieste até a I Guerra Mundial.

Quanto aos estados papais, Roma conservava o status de capital da Itália, mas o pontífice romano se negava a entregar a cidade e não reconhecia a autoridade de Vítor Emanuel II. As forças lideradas por Garibaldi tentaram ocupar Roma, mas Napoleão III interferiu. Então, em 1870, os prussianos derrotaram a França e foi esta a ocasião para a tomada da Roma desprotegida.

O papa considerou-se prisioneiro no Vaticano. Esta querela somente se resolveu pela assinatura do tratado de Latrão por Mussolini e Pio XI. Criou-se assim o Estado do Vaticano, com quase cinco quilômetros quadrados de superfície, em 1929.

A Alemanha também passou por um processo de unificação. A Prússia era o mais desenvolvido dos Estados germânicos e tentou encabeçar a unificação em 1850. A Áustria foi contrária à tentativa prussiana. Mas os acordos comerciais entre estes estados ameaçavam o poderio austríaco, cujo governo tentou sair da posição isolada em que se encontrava.

As camadas dirigentes da Prússia tentaram controlar as despesas reais, criando um conflito político que durou até 1861, só resolvido com a nomeação de Bismarck para ministro. Era um político antiliberal, monarquista e contra a burguesia, mas defensor da unificação. Acreditava que a unificação alemã deveria ser obtida por meio de uma luta contra os austríacos.

Militarizou a Prússia, enfrentando a oposição das elites prussianas. Bismarck passou a governar ditatorialmente e, com o apoio da nobreza, transformou o exército em instrumento da unificação alemã. As regiões de Schleswig e Holstein, de população predominante germânica, estavam sob domínio da Dinamarca. Seus governantes buscaram a independência por ocasião da morte do rei dinamarquês Cristiano IX, em 1863. A Prússia e a Áustria se uniram e apoiaram o movimento, vencendo as forças dinamarquesas.

Bismarck adiou a entrega da parte austríaca e tendo garantido a neutralidade da França e da Itália, venceu os austríacos na batalha de Sadowa. Então, a Prússia anexou

outros territórios. Outros Estados germânicos se uniram a ela e, em 1867, criou-se a confederação germânica do norte.

A unificação da Alemanha representava uma ameaça direta à hegemonia francesa na Europa. O governo francês, tentando resguardar um pouco de sua autoridade, exigiu da Prússia que os Estados germânicos do sul não se unissem aos do norte.

A exigência pôs os alemães contra os franceses, que consideravam os alemães inimigos tradicionais. O pretexto para a guerra surgiu em 1870, quando o trono espanhol ficou vago, e a sucessão foi oferecida a Leopoldo Hohenzollern, da Prússia. O governo francês declarou-se contrário, exigindo que nenhum outro príncipe germânico ocupasse aquele lugar.

A guerra foi declarada.

O exército alemão era superior ao francês em vários quesitos. A Prússia saiu vencedora, ao mesmo tempo em os republicanos proclamavam a república em Paris. Os prussianos cercaram a cidade, e a França rendeu-se em 28 de janeiro de 1871. Foi então assinado o tratado de Frankfurt; a França cedia o território da Alsácia-Lorena e ainda se comprometia a pagar uma indenização de cinco bilhões de francos. A unificação da Alemanha se completava.

SEÇÃO 2

A I Guerra Mundial

Vincula-se a primeira guerra mundial ao incidente de Sarajevo, a capital da Bósnia. A região fora anexada ao império Austro-Húngaro no ano 1908. Em uma visita local, o príncipe herdeiro Francisco Ferdinando foi vítima de um atentado em que ele e sua esposa perderam a vida. Era 28 de junho de 1914. O autor do atentado era um jovem nacionalista pertencente à organização pan-eslavista denominada “Mão Negra”, ou então “Unidade ou Morte”. Tal grupo estava vinculado aos sérvios que disputavam o controle da região com os austríacos.

O incidente é considerado como estopim que detonou uma série de acontecimentos importantes. A França renovou seus tratados com a Rússia. E, cerca de um mês depois do atentado, a Áustria responsabilizou os sérvios pelo acontecimento, enviando uma declaração contra a independência da Bósnia. O exército austríaco mobilizou-se e, em uma semana, várias das potências europeias, menos a Itália, entraram em conflito. As populações de diversos países foram para as ruas numa onda avassaladora de patriotismo exasperado.

Fazia tempo que os alemães ambicionavam fazer uma guerra com duas frentes: uma contra a França e outra contra a Rússia. O estrategista desta ofensiva foi o conde Von Chlieffen, chefe de Estado-Maior alemão entre os anos de 1891 e 1908. Seu plano implicava uma intensa ofensiva sobre o Ocidente, passando pelo território belga e atingindo a França.

Após isso, os alemães atacariam os russos. Utilizariam o parque ferroviário, a tecnologia e os recursos humanos, todos superiores aos da França.

Os franceses queriam adotar uma guerra defensiva baseada em contra-ataques que fizessem o inimigo desistir. O general Joffre (Joseph Jacques Césaire Joffre), no entanto, tendo subido ao poder em 1912, adotou uma estratégia ofensiva, baseada na ideia de que a França deveria reviver a tradição ofensiva comum aos exércitos

republicanos da Revolução Francesa e a Napoleão. O plano consistia em atacar a Alemanha para arruinar-lhe a produção industrial e recuperar os territórios perdidos para os alemães em 1870.

Já a Inglaterra tinha um plano o qual consistia em remeter uma força expedicionária para auxiliar uma das alas do exército francês. A superioridade da esquadra inglesa permitia-lhe uma situação de confiança em relação às possibilidades de invasões estrangeiras e poderia também bloquear os suprimentos de matérias-primas necessárias ao inimigo.

O potencial humano, considerado quase inesgotável, representava o elemento de tranquilidade para os russos, mesmo tendo clareza de sua inferioridade tecnológica e industrial. O plano era atingir a Alemanha fazendo vários ataques à Prússia Oriental; assim, mesmo se não conseguissem derrotá-los, estariam prestando um grande serviço a seus aliados, enquanto atacavam outro front.

Encampar a região dos Bálcãs e de Constantinopla era uma antiga ambição do imperialismo russo, pois a ocupação dessa região significava acesso direto ao mar Mediterrâneo por meio do controle dos estreitos de Bósforo e de Dardanelos.

Ocorreu que, em 4 de agosto de 1914, cinco grupamentos militares do exército alemão, perfazendo cerca de um milhão e meio de combatentes, marcharam sobre o território belga que até então era considerado como neutro. O objetivo deste ataque por parte dos alemães era aniquilar as forças francesas acampadas na fronteira entre a França e a Bélgica.

No início, os planos de Von Molke deram os resultados esperados, mas a situação modificou-se devido à entrada do exército belga na luta e pela chegada do mencionado anteriormente corpo expedicionário inglês.

As 80 divisões do exército alemão precisava então combater as 104 divisões aliadas. Mesmo assim, os alemães passaram a controlar a região que se estende entre Paris a Verdun. Assim, 80% das minas de carvão e quase todos os recursos siderúrgicos e as grandes fábricas do Noroeste francês passaram ao controle alemão.

Os franceses contra-atacaram os alemães em Marne, entre os dias 6 e 9 de setembro. A batalha salvou a França de uma derrota e alterou as regras da guerra, que até então era uma guerra de movimento. Molke foi substituído pelo general Von Falkenhayn.

A tendência principal da guerra derivou do ataque alemão na frente ocidental, a invasão do território francês e o ataque aos Bálcãs. Era a guerra de movimento. Em setembro de 1914, ocorreu a batalha do Marne, que fixou a chamada frente ocidental. Os alemães foram bloqueados por mar pela forças aliadas, mas iniciaram uma série de ataques submarinos, impondo novo ritmo à guerra e perdas consideráveis aos aliados. A ofensiva russa também fora detida pelas tropas alemãs nos Lagos Mazurinos e em Tannenberg.

Assim, iniciou-se, na frente ocidental, a guerra de trincheiras, compreendendo o período que se estende entre os anos de 1915 e 1916.

Os ataques maciços contra os russos, durante o ano de 1915, faziam parte de uma estratégia de enfraquecimento da Rússia, para depois voltar-se para a França. O exército russo começou a se desgastar.

A Itália então entrou na guerra ao lado dos Aliados. A Inglaterra havia prometido aos italianos dividir com eles as colônias alemãs na África além de outras vantagens na Ásia Menor e no Adriático. A Bulgária também aderiu.

Então, a guerra passou a desenvolver-se principalmente na frente ocidental. Foi

o ano de 1916, com destaque apenas para a batalha de Verdun que paralisou o avanço germânico. Uma modificação nos rumos do conflito ocorreu em 1917, devido aos ataques submarinos alemães, até mesmo contra navios neutros.

Os Estados Unidos entram no conflito; a Rússia retira-se da guerra após a tomada do poder pelos bolchevistas. O ingresso dos norte-americanos na guerra foi determinante porque a maioria dos países envolvidos enfrentava problemas internos de diversas ordens. As tropas francesas se amotinaram após o fracasso da ofensiva. A Inglaterra beirava o esgotamento; na Rússia a monarquia havia caído.

Os Estados Unidos da América, desde o início do conflito, financiaram a França e a Inglaterra, mantendo-se neutro, mas a derrota dos aliados significaria problemas graves em relação aos investimentos dos norte-americanos na Europa. Então, não foi mais viável manter a neutralidade. A Alemanha declarou ao Presidente norte-americano Wilson a intenção de bloquear as ilhas britânicas e a França. Em abril, o congresso americano declarou guerra à Alemanha.

A contribuição norte-americana foi decisiva porque os EUA passaram a financiar diretamente os aliados; a campanha submarina desenvolvida pelos alemães foi desarticulada, e a entrada de milhares de soldados norte-americanos na guerra desequilibrou as forças em conflito. A maioria dos países latino-americanos entrou no conflito.

No início de 1918 houve uma grande ofensiva das potências com a introdução de novas tecnologias de guerra, tais como tanques, aviões e gases venenosos, o que significou a retomada da guerra de movimento. Entretanto, a ofensiva alemã foi barrada pela segunda batalha do Marne. A conjuntura nova favoreceu definitivamente os aliados, e os alemães recuaram.

Em pouco tempo a Turquia e a Bulgária depuseram as armas. O império Austro-Húngaro se esfacelou. A Alemanha continuou em guerra, mas as rebeliões de esquerda levaram à proclamação da república, em novembro de 1918.

Em 11 de novembro, os representantes do governo alemão assinaram o acordo que pôs fim à guerra. Trata-se do Armistício de Compiègne, assinado pelo Marechal Ferdinand Foch, comandante-em-chefe aliado, e Matthias Erzberger, representante alemão. O armistício foi selado pelo tratado de Versalhes, em 1919.

Pode-se dizer que a Revolução Russa de 1917 representa um dos movimentos mais importantes do período contemporâneo. Entre os principais fatores que fizeram rebentar a revolução destacamos: as derrotas da Primeira Guerra Mundial, o absolutismo do governo, as desigualdades sociais, as crises econômicas que geravam surtos de fome, os impostos, a desorganização do poder, corrupção e a falta de preparo das camadas dirigentes.

A trajetória da revolução foi marcada pela guerra entre a Rússia e o Japão, iniciada em 1904. A Rússia disputava territórios estratégicos para o seu desenvolvimento, mas foi vencida. A derrota fez agravar a situação socioeconômica.

O governo do czar Nicolau II foi estremeado, em 1905, por uma cadeia de rebeliões envolvendo operários, camponeses, marinheiros e militares. A explosão de greves e protestos contra o regime do czar, em diversas regiões do país, levou as lideranças socialistas a organizar os trabalhadores em grupos para debater a situação do país e para escolher as melhores decisões a serem tomadas. Esses grupos de base chamavam-se *soviets*.

Em outubro, o czar publicou um manifesto prometendo realizar profundas reformas em seu governo: criaria um governo constitucional, eliminado o absolutismo, e convocaria eleições de parlamentares que elaborariam uma nova constituição.

Os grupos e partidos de orientação liberal e burguesa concordaram, mas o partido bolchevique, fundamentado no interesse dos trabalhadores, decidiu prosseguir com o projeto de levar adiante a revolução. O czar mobilizou os cossacos, as tropas especiais, contra os principais focos de revolta dos bolcheviques. Os soviets foram desmontados e os líderes da revolta, presos.

O czar Nicolau II sentiu-se novamente no controle da situação e preferiu abandonar as promessas que havia feito no manifesto de outubro. O parlamento continuou funcionando, mas atrelado fortemente às vontades do czar. As forças policiais entraram em ação para cumprir as ordens do governante.

O fracasso dessa revolta dos trabalhadores serviu para que as lideranças adquirissem experiência, identificassem seus erros e os corrigissem. A Revolta de 1905 tinha fracassado, mas, reiteira-se, serviu para que os líderes revolucionários avaliassem seus erros e suas fraquezas e aprendessem a superá-los. Pode-se dizer que se tratou de uma escola em que os revoltosos aprenderam valiosas lições e se tornassem mais fortes.

A revolução de 1905 deixou claro que o regime czarista estava enfraquecido por várias forças: havia a oposição política da nobreza e da burguesia; além disso, eram comuns as manifestações de operários e camponeses, assim como era visível o fortalecimento dos partidos socialistas e a insatisfação das minorias nacionais. Esses grupos nacionais eram obrigados a adotar a religião, a cultura e a língua russa, em detrimento da cultura local.

Junte-se a isso o fato de que a Rússia entrou na Primeira Guerra Mundial sem estar preparada para um conflito de longa duração. Apesar do grande número de soldados, o comando era pouco eficiente, faltava apoio logístico, as armas eram poucas

e as táticas de guerra eram atrasadas. Quando a guerra estava no fim, o exército russo perdera cerca de cinco milhões de homens, e restara apenas um grande agrupamento de soldados esgotados, maltrapilhos, com fome e indefenso, querendo a paz a qualquer custo e com ódio do czar.

Boa parte da Europa já esperava por uma convulsão no território russo. A agricultura havia sido destruída, e a morte de tantos soldados havia aumentado a crise entre a população e o governo do país. A revolução começou por uma série de manifestações de rua, em Petrogrado. As tropas receberam ordens para reprimir os manifestantes, mas aderiram ao protesto, e o czar renunciou em 12 de março de 1917.

Então, instalaram-se na capital o governo da *duma* - assembleia controlada pelo partido burguês Kadet - e o governo que obedecia ao soviete local, dirigido pelos partidos menchevique e socialista-revolucionário. Nesse momento, os bolcheviques não estavam representados, pois suas lideranças encontravam-se presas ou exiladas.

A *duma* e o *soviete* formaram uma junta de governo provisório, encabeçado Lvov. Na junta, também participavam alguns representantes do Kadet, bem como dos sovietes. Era o chamado governo de coalizão.

A coalizão no poder buscou realizar algumas medidas desejadas, tais como: a diminuição da jornada de trabalho de 12 para 8 horas, o perdão para os presos políticos e o regresso dos exilados ao país. Proclamou, também, o que se chamou de liberdades fundamentais do homem; mas os problemas da área rural continuavam.

Os bolcheviques cercaram a capital do governo provisório com o objetivo de derrubar o governo e tomar o poder, em 7 de novembro de 1917. O chefe de governo, Alexander Fiodorovitch Kerensky, conseguiu fugir, mas vários outros líderes políticos foram aprisionados. Os membros dos *sovietes* realizaram um congresso e passaram o poder central para o chamado conselho dos comissários do povo. O novo órgão de poder era liderado por Vladimir Ilyich Lenin. A primeira providência do novo governo foi a petição de paz imediata, com a retirada da Rússia da primeira guerra mundial. Foi assinado o tratado de Brest-Litovsk, firmando a paz com a Alemanha. As propriedades particulares foram confiscadas e realizou-se uma reforma agrária, isto é, as grandes propriedades dos aristocratas e da Igreja Ortodoxa foram tomadas e distribuídas aos camponeses.

A economia foi estatizada, sendo que as fábricas passaram ao controle dos operários, e o governo passou a interferir diretamente na economia. O novo governo comprometeu-se a abolir o domínio exercido pelos russos sobre os habitantes da Finlândia.

Entretanto, a reação dos políticos ligados ao czar não demorou.

As forças políticas ligadas ao antigo regime russo, ao tempo do czar, montaram uma organização contrarrevolucionária para derrubar o poder conquistado pelos bolcheviques. Foram auxiliados militarmente por países como a Inglaterra, a França e o Japão.

O exército vermelho, liderado por Leon Trotsky, resistiu e o país mergulhou numa profunda guerra civil entre as forças czaristas e o Exército Vermelho, na qual as forças revolucionárias saíram vitoriosas. O partido bolchevique, já havia mudado o nome para partido comunista, desde 1918, e firmou-se no comando do país. A reação dos países capitalistas ocidentais foi a de provocar o isolamento da Rússia socialista. Chamava-se de cordão sanitário a essa política de isolamento que consistia em impedir a expansão do socialismo implantado naquele país.

A nova política, no entanto, começou a apresentar problemas. Já em 1921, a

situação econômica do país encontrava-se mais complicada do que antes da revolução. Durante a guerra civil e a primeira guerra a população diminuiu de 171 milhões de habitantes, em 1914, para 132 milhões em 1921. A Rússia perdera parte de seu território e, também, fábricas, ferrovias e fazendas produtivas.

A produção industrial declinou em 13% em relação a 1913. Não havia mais comércio exterior, e a agricultura diminuiu para menos da metade do que era produzido no período anterior à guerra. Nas cidades e nos campos havia fome e miséria. Milhares de pessoas morreram de frio, de fome e de epidemias que começaram a se espalhar.

O governo bolchevique viu-se ameaçado. Os marinheiros de Kronsadt, que antes representavam o principal ponto de apoio militar dos bolcheviques, revoltaram-se e exigiram o fim do governo do partido único, mas foram massacrados.

Nas regiões da Sibéria ocidental, do baixo Volga e dos Urais, desencadeou-se um forte movimento de desobediência camponesa, que atacava os comboios de abastecimentos que se dirigiam às cidades.

A tática dos bolcheviques consistiu em retornar ao capitalismo para então instaurar a revolução socialista. E assim desencadeou-se aquela que ficou conhecida como a nova política econômica (NEP). A nova política consistia na tomada de medidas de urgência, forçadas pela gravidade da situação em que o país se encontrava, mas isso gerava algumas incertezas sobre o tempo que iria durar. Foram tomadas algumas medidas capitalistas, como a restauração da pequena e da média propriedade na indústria alimentícia, no comércio varejista e na agricultura, com o objetivo de fazer a produção aumentar a qualquer custo. No campo, foram suprimidas as requisições de gêneros alimentícios por um imposto em produtos. No setor industrial adotou-se a liberdade salarial e de comércio.

Mesmo assim, as terras pertenciam ao governo e eram arrendadas aos agricultores. Tal medida fez com que os mais produtivos e influentes enriquecessem ainda mais. Muitos agricultores pobres faliram, por causa da inflação e da economia de mercado, e foram para as cidades em busca de trabalho. O êxodo rural fez-se acompanhar do desemprego. Nesse período Lênin morreu.

A morte de Lenin provocou uma forte disputa pelo poder entre os candidatos à sucessão, principalmente entre Leon Trotsky e Josef Stalin. Trotsky era um intelectual famoso e também um respeitado líder dos bolcheviques, considerado como símbolo da revolução. Ele havia conduzido o ataque contra o palácio de inverno e comandado o exército vermelho. Fora exilado e falava diversas línguas. Muita gente acreditava que este líder fosse o sucessor de Lenin.

Josef Stalin, ao contrário, era uma personagem apagada, desconhecida do público, tanto nacional e internacionalmente. Era um burocrata do partido, mas ocupara o cargo de primeiro-secretário e controlava tudo, tornando-se um sujeito poderoso. Basta dizer que, todas as nomeações importantes dependiam de sua aprovação.

Trotsky acreditava numa revolução social permanente e universal e, caso fosse realizada somente na Rússia, não teria chance de sucesso. Pensava em disseminar a revolução para outros países que assim sustentariam o governo dos bolcheviques. Mas Stalin acreditava que o fundamental seria construir o socialismo russo.

Sua estratégia consistia em retirar o apoio aos movimentos revolucionários fora da Rússia para não provocar as grandes potências mundiais. Ele aproveitou as divisões entre seus adversários e saiu vitorioso. Trotsky, expulso do partido, foi morar no México e foi assassinado em 1940.

Teoricamente, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas era um estado

federativo, sendo que as repúblicas componentes guardariam certa autonomia em relação ao poder central. Poderiam utilizar duas línguas e fomentar duas culturas nacionais, tendo inclusive o direito de separarem-se da União

Contudo, na prática, não era o que acontecia, pois o governo centralizava todas as decisões em termos de segurança militar e policial, relações exteriores, finanças, comunicações, indústria pesada e bélica e outros setores estratégicos. O partido comunista controlava todos os organismos governamentais do país para deter qualquer tentativa de autonomia considerada como excessiva ou qualquer intento de separação das repúblicas federadas.

A União Soviética adotou a terceira constituição revolucionária no ano de 1936. Textualmente era uma carta magna bastante democrática, pois considerava que todo poder emana do povo. Tal enunciado não fazia parte das constituições anteriores, contrárias a estender o direito de voto a determinados grupos sociais suspeitos de ameaçarem o poder.

O artigo sexto, no entanto, expressava que o partido comunista detinha a hegemonia do Estado e da sociedade, cabendo a ele o direito e a obrigação de governá-los. Apesar da constituição, o partido detinha todo o poder para si, era o verdadeiro detentor do sistema de governo soviético.

O partido era formado por sujeitos escolhidos e selecionados, pessoas consideradas de confiança por parte da direção, disciplinadas e submissas, sob a ameaça de serem expurgados se questionassem o poder. Detinham o privilégio de morar em boas casas, ter bons salários e gozavam de prestígio social. Eram sempre leais ao sistema, o que dificultava a inovação, a experimentação, a discussão aberta e a crítica construtiva.

A atuação do partido tornou-se uma simples formalidade no período stalinista. Stalin concentrava todo o poder, pois exercia o cargo de secretário-geral. Ao mesmo tempo em que governava, aumentava o número de condenados ao trabalho forçado em campos de concentração.

Para lá eram mandados os dissidentes, acusados de parasitismo, comunistas caídos em desgraça e outros. Calcula-se em cinco milhões o número de presos e em meio milhão, o de executados na época de Stalin. A polícia política estava presente em toda parte, e a delação era incentivada. Quem denunciasse alguém poderia receber recompensas. Mas não foi apenas através do terror que a burocracia stalinista assegurou o poder. Stalin tinha grande prestígio popular, a ponto de suas fotos serem exibidas nas paredes de todas as escolas e casas russas e inúmeras ruas passaram a ter seu nome.

Ele passou a ser considerado como o guia dos povos. A revolução russa tornou-se exemplo para todas as revoluções, e Stalin transformou-se no modelo de dirigente político. O culto à personalidade de Stalin alcançou o auge no final da Segunda Guerra Mundial.

A importância da União Soviética cresceu no mundo inteiro e a de Stalin também com a derrota do nazi-fascismo. Em vários lugares, argumentava-se que as concepções estratégicas de Stalin haviam derrotado os nazistas. Afirmava-se, também, que os ensinamentos dele eram fundamentais para qualquer melhoria na ciência e na produtividade no país.

A história foi falsificada grosseiramente em função do culto a Stalin. A enciclopédia soviética, por exemplo, apareceu com novos textos sobre revolução de outubro, sobrevalorizando o papel de Stalin e diminuindo o de seus adversários.

No governo de Stalin, novas necessidades econômicas surgiram, tais como

o desenvolvimento da indústria em larga escala e a manutenção de forças armadas poderosa num mundo que se tornava adverso ao regime. A falta de capitais estrangeiros para financiar a indústria fez com que Stalin e seu grupo recorressem a fontes de financiamento interno. Acreditava-se que a melhor forma de financiar a grande indústria era transferir os recursos da agricultura para a industrialização. Nesta época, cerca de oitenta por cento da população russa vivia da fazenda.

A estratégia consistiu em coletivizar novamente a agricultura. O Estado controlaria a produção no campo, fixando os salários dos trabalhadores agrícolas. Esses salários seriam rebaixados enquanto que o Estado faria o papel de atravessador, vendendo estes produtos na cidade por preços que gerassem capital para financiar a industrialização do país.

A NEP foi revogada e os primeiros resultados da estratégia Stalinista foram catastróficos para o campo. Além disso, os camponeses resistiram a esta coletivização forçada. Eles abatiam os animais para não entregá-los ao Estado. A escassez de carne, a falta de animais de transportes e a carência de cereais fizeram baixar ainda mais o padrão de vida da população. Provocou fome para todos os lados. Os que resistiram a essa política eram presos e mortos ou exilados, o que provocou a redução da oposição ao governo central. A agricultura soviética foi prejudicada enormemente, mas a industrialização foi assegurada.

O perfil da classe trabalhadora soviética alterou-se a partir da crise na agricultura e do desenvolvimento da indústria. O governo colocou em prática um amplo programa de alfabetização visando aperfeiçoar a mão de obra voltada para a indústria. Os trabalhadores foram encaminhados às escolas básicas, aos colégios técnicos e, depois, às universidades.

A economia soviética foi reordenada por Stalin, em 1928, o que deu início ao primeiro plano quinquenal. Fixavam-se as metas a serem atingidas num prazo de cinco anos. O objetivo era a instantânea industrialização da União Soviética. A ênfase era dada à indústria pesada, pois se acreditava que somente o desenvolvimento da indústria pesada poderia ajudar a construir a nova sociedade socialista. Ela iria criar uma classe operária forte o bastante para sustentar o socialismo.

Esse plano econômico foi aplicado até o ano de 1932 e foi sucedido por um segundo que perdurou até 1937. O terceiro plano foi interrompido pela Segunda Guerra Mundial em 1941, mas o quarto ficou em vigor até 1950. Os objetivos consistiam em criar na União Soviética uma poderosa indústria pesada.

A falta de incentivo à agricultura e à indústria de bens de consumo, no entanto, geraram várias distorções na economia. A produção precária obrigava as pessoas a permanecerem por longas horas em filas gigantescas para obter os produtos de que necessitavam. A burocracia partidária e estatal se abastecia em armazéns próprios, não precisava de filas.

SEÇÃO 4

A Grande Crise de 1929

A crise econômica de 1929, que implicou a quebra da bolsa de valores de New York, vincula-se a uma conjuntura mais geral do capitalismo. No chamado período do entre guerras, a economia em geral foi orientada pela política do liberalismo de Estado, isto é, a não intervenção da política na economia. Ao mesmo tempo, consolidava-se o capitalismo de monopólios.

As leis que procuravam combater as grandes corporações perderam o efeito, e estas megaempresas dominaram a economia. Vivia-se, então, uma atitude política caracterizada pela não intervenção dos governos em assuntos econômicos. Tal posicionamento político era encabeçado, principalmente, pelos Estados Unidos, que viveu um período de grande desenvolvimento industrial, desde o fim do século XIX.

O presidente Woodrow Wilson, eleito em 1912, desencadeou um conjunto de medidas políticas sob o título de Nova Liberdade. Tratava-se da criação de leis trabalhistas voltadas a certas categorias profissionais, como, por exemplo, os marinheiros, e de leis que pretendiam eliminar os privilégios de grupos econômicos, aperfeiçoando a lei antitruste.

A economia passou a ser dominada por poderosas organizações econômicas chamadas *trustes, holdings e cartéis*, já no início da Primeira Guerra, anulando a política anterior. As transações de mercadorias se ampliaram devido à abertura de créditos aos aliados. Assim, a economia norte-americana aqueceu, destacando-se a indústria bélica, de material de campanha, de alimentos e outros setores, tomando o lugar que tradicionalmente era ocupado pela Inglaterra (inclusive vários produtos começaram a ser exportados para a América Latina).

No final da guerra, as três grandes potências, EUA, Inglaterra e França, impuseram as regras políticas e de mercado aos países vencidos.

Os EUA não criaram organismos para garantir a participação nas reparações de guerra ou a remuneração dos créditos e das vendas de produtos aos países aliados. O resultado foi o desaquecimento brusco da economia norte-americana. Além disso, os soldados que retornaram da guerra não foram absorvidos pelo mercado de trabalho. A França e a Inglaterra passariam a quitar suas dívidas com os Estados Unidos, mas era preciso que a Alemanha pagasse as indenizações de guerra. Então, o governo norte-americano decidiu colaborar na recuperação da economia alemã, desde 1924.

A estratégia consistia em fazer investimentos no território alemão; era o chamado *big bussines* e representou um período de grande desenvolvimento tecnológico, aumento da produção em áreas como a automobilística, geração de emprego e elevação do nível de consumo das camadas médias urbanas. A política econômica era voltada ao desenvolvimento industrial e à concentração de capitais, inibindo as importações, o que representava uma atitude nacionalista.

O primeiro sinal evidente da crise apareceu na agricultura, porque, sem exportar, os grandes proprietários ficaram endividados e houve falência em massa neste setor. Daí, a crise espalhou-se para as cidades, gerando desabastecimento e, ao mesmo tempo, o desemprego. Então, começou a quebra das instituições bancárias.

A falta de gente com dinheiro para comprar mercadorias resultou no aumento

dos estoques. A crise fez com que muitos empresários passassem a vender suas ações no mercado financeiro, como uma tentativa de levantar recursos e manter a produção. Consequentemente, com a grande oferta de ações, os preços despencaram, e o número de falências aumentou vertiginosamente. O resultado foi o aumento do desemprego de milhares de pessoas por três anos consecutivos.

O colapso da economia espalhou-se rapidamente para outros países, dos quais os EUA passaram a cobrar as dívidas.

A quebra das indústrias afetou, também, o abastecimento do mercado latino-americano foi afetado, como o caso do café no Brasil. Todas as colônias da Ásia e da África sofreram, também, as consequências da crise, uma vez que aumentou o grau de exploração das potências imperialistas. A Rússia, que naquele momento encerrava o primeiro plano quinquenal e preparava o segundo, ou seja, desenvolvia uma economia fechada (lembra-se?), era único país que não sentia os efeitos da crise.



Atividades

Nesta segunda Unidade de História Contemporânea I, você tomou contato com os acontecimentos e processos históricos que, na segunda metade do século XIX e na primeira metade do século XX, já antecipavam a crise do modelo capitalista liberal clássico.

Na Seção I, você pôde conhecer os processos que levaram às unificações nacionais tardias na Europa, com ênfase para as unificações italiana e alemã. Viu que as mudanças na economia e na vida social ocorrida na Europa do século XIX provocaram surtos de desenvolvimento em algumas regiões como é o caso do norte da Itália.

O discurso da unificação tinha ressonância popular porque, após o Congresso de Viena, a Itália ficou sob tutela da Áustria e fora dividida em sete países: ao norte, Reino do Piemonte-Sardenha, Parma; Módena e Toscana e Reino Lombardo-Veneziano; ao centro, o Estado Pontifício; e ao sul, Reino das Duas Sicílias. O centro do governo seria a região do Piemonte-Sardenha.

O rei Carlos Alberto do Piemonte-Sardenha tentara a unificação, declarando guerra à Áustria, em 1848. O movimento estimulava o nacionalismo, apoiado no discurso do risorgimento, que consistia em reintroduzir no país o espírito da renascença e do império romano. Em 1852, o ministro Cavour, do Piemonte, obteve o direito de tomar parte no Congresso de Paris, e ali foi discutida a unificação italiana.

Nesse tratado ficou combinada a formação de uma confederação dos Estados italianos sob a presidência do papa. Garibaldi e outros voluntários tomaram posse da Sicília e de Nápoles. Para não atrapalhar a unificação, Garibaldi afastou-se da vida pública temporariamente. Faltava Veneza e alguns estados papais. Depois da guerra entre a Áustria e Prússia, Veneza foi incorporada por meio de um plebiscito.

A Prússia era o mais desenvolvido dos Estados germânicos e tentou encabeçar a unificação em 1850. A Áustria foi contrária à tentativa prussiana. O governo

austríaco tentou sair da posição isolada em que se encontrava. Era um político antiliberal, monarquista e contra a burguesia, mas defensor da unificação. Bismarck passou a governar ditatorialmente e, com o apoio da nobreza, transformou o exército em instrumento da unificação alemã.

As regiões de Schleswig e Holstein, de população predominante germânica, estavam sob domínio da Dinamarca. Seus governantes buscaram a independência por ocasião da morte do rei dinamarquês Cristiano IX, em 1863. A Prússia e a Áustria se uniram e apoiaram o movimento, vencendo as forças dinamarquesas.

Bismarck adiou a entrega da parte austríaca e tendo garantido a neutralidade da França e da Itália, venceu os austríacos na batalha de Sadowa. A unificação da Alemanha representava uma ameaça direta à hegemonia francesa na Europa. O governo francês tentando resguardar um pouco de autoridade exigiu da Prússia que os Estados germânicos do sul não se unissem aos do norte. A unificação da Alemanha se completava.

Depois, na Seção 2, você conheceu os processos políticos e econômicos envolvidos nas origens da I Guerra Mundial e o seu desenvolvimento. Pôde observar que vincula-se a I Guerra Mundial ao incidente de Sarajevo, a capital da Bósnia.

A região fora anexada ao império Austro-Húngaro no ano 1908. O general Joffre, no entanto, tendo subido ao poder em 1912, adotou uma estratégia ofensiva, baseada na ideia de que a França deveria recuperar a tradição ofensiva comum aos exércitos republicanos da Revolução Francesa e a Napoleão.

O objetivo deste ataque por parte dos alemães era aniquilar as forças francesas acampadas na fronteira entre a França e a Bélgica. No início, os planos de Von Molke deram os resultados esperados, mas a situação modificou-se devido à entrada do exército belga na luta e pela chegada do corpo expedicionário inglês.

As 80 divisões do exército alemão precisava então combater as 104 divisões aliadas. A tendência principal da guerra derivou do ataque alemão na frente ocidental, a invasão do território francês e o ataque aos Bálcãs. Era a guerra de movimento. Em setembro de 1914, ocorreu a batalha do Marne, que fixou a chamada frente ocidental. A Itália então entrou na guerra ao lado dos Aliados. Uma modificação nos rumos do conflito ocorreu em 1917, devido aos ataques submarinos alemães, até mesmo contra navios neutros.

Os Estados Unidos entram no conflito; a Rússia retira-se da guerra após a tomada do poder pelos bolchevistas. O ingresso dos norte-americanos na guerra foi determinante porque a maioria dos países envolvidos enfrentava problemas internos de diversas ordens. As tropas francesas se amotinaram após o fracasso da ofensiva. Os Estados Unidos da América, desde o início do conflito, financiaram a França e a Inglaterra, mantendo-se neutro, mas a derrota dos aliados significaria problemas graves em relação aos investimentos dos norte-americanos na Europa.

Em abril, o congresso americano declarou guerra à Alemanha. Entretanto, a ofensiva alemã foi barrada pela segunda batalha do Marne. A Alemanha continuou em guerra, mas as rebeliões de esquerda levaram à proclamação da república, em novembro de 1918. Em 11 de novembro, os representantes do governo alemão assinaram o acordo que pôs fim à guerra.

Na terceira Seção, você conheceu o desenrolar do principal movimento político de oposição ao capitalismo liberal: a Revolução Russa. Pode-se dizer que a Revolução Russa de 1917 representa um dos movimentos mais importantes do

período contemporâneo.

Na década 1910, o czarismo entra em crise na Rússia. Com o deflagrar da I Guerra Mundial essa crise se acentua e tenta-se uma solução política, de construção de um governo representativo das forças políticas russas. Na junta, também participavam alguns representantes do Kadet, bem como dos soviets. Era o chamado governo de coalizão.

Os membros dos soviets realizaram um congresso e passaram o poder central para o chamado conselho dos comissários do povo. As providências imediatas do novo governo foram: petição de paz imediata, com a retirada da Rússia da I Guerra Mundial.

O partido bolchevique já havia mudado o nome para partido comunista, desde 1918, e firmou-se no comando do país. A reação dos países capitalistas ocidentais foi de provocar o isolamento da Rússia socialista. Já em 1921, a situação econômica do país encontrava-se mais complicada do que antes da revolução.

A tática dos bolcheviques consistiu em retornar ao capitalismo para então instaurar a revolução socialista. O êxodo rural fez-se acompanhar do desemprego. Trotsky era um intelectual famoso e, também, um respeitado líder dos bolcheviques, considerado como símbolo da revolução. Josef Stalin, ao contrário, era uma personagem apagada, desconhecida do público, tanto nacional e internacionalmente, antes de tomar o poder.

Apesar da constituição, o partido detinha todo o poder para si, era o verdadeiro detentor do sistema de governo soviético. A atuação do partido tornou-se uma simples formalidade no período stalinista. O culto à personalidade de Stalin alcançou o auge no final da segunda guerra mundial.

A importância da União Soviética cresceu no mundo inteiro e a de Stalin também com a derrota do nazi-fascismo. Nesta época, cerca de oitenta por cento da população russa vivia da terra. O Estado controlaria a produção no campo, fixando os salários dos trabalhadores agrícolas. O perfil da classe trabalhadora soviética alterou-se a partir da crise na agricultura e do desenvolvimento da indústria. O objetivo era a instantânea industrialização da União Soviética.

E finalmente, na última Seção, você viu os processos que desencadearam a Grande Crise de 1929 e as suas consequências. Na próxima Unidade você terá a oportunidade de conhecer os principais processos que levaram a ordem capitalista à fragmentação, com o declínio do poder europeu e a ascensão dos EUA como potência política hegemônica.



Atividades

Seção 1

- Que relações se podem estabelecer entre o discurso do risorgimento e a unificação italiana?
- Qual o papel de Garibaldi na unificação?
- Qual o papel dos estados pontifícios no processo de unificação?
- Qual a posição da Áustria na unificação da Alemanha?
- Como a França posicionava-se?
- Qual foi a contribuição de Bismark?

Seção 2

1. Qual era a ambição alemã no início da guerra?
2. Qual era a estratégia francesa?
3. O que planejava a Inglaterra?
4. Qual era a estratégia russa?
5. Qual foi o primeiro movimento do exército alemão?
6. Qual a importância da batalha de Marne?
7. O que é guerra de trincheiras e guerra de movimento?
8. Como terminou a guerra?

Seção 3

- a) Quais os principais fatores da revolução russa?
- b) O que eram os soviets?
- c) Descreva a renúncia do czar?
- d) O que era a Duma?
- e) Fale sobre a estatização da economia russa?
- f) Qual foi o papel de Leon Trotsky na revolução?
- g) Fale sobre a figura de Josef Stalin.
- h) O que significava a hegemonia do partido no sistema russo de governo?

Seção 4

- a) O que é o liberalismo de estado?
- b) O que era a chamada nova liberdade?
- c) Como o aquecimento da economia americana resultou em crise?
- d) Por que a agricultura foi o primeiro setor atingido pela crise?
- e) Por que a Rússia escapou aos efeitos da crise?

O texto do prof. René Rémond sobre o movimento das nacionalidades nos apresenta um dos elementos que, segundo ele, “delineia a trama da história política e social do século XIX”. A esse movimento, Rémond acrescenta o liberalismo, a corrente democrática e o socialismo, como também delineadores. Entretanto, o autor observa que o fato nacional se sobrepõe, pois é contemporâneo dos três, simultaneamente, estendendo-se por um longo período e também porque diz respeito a vários países. Os problemas relativos à nacionalidade apontados no texto são extremamente significativos para a compreensão das origens dos conflitos mundiais do século XX.

CARACTERÍSTICAS DO MOVIMENTO DAS NACIONALIDADES

René Rémond

Esse fenômeno, formado de elementos tão diversos, tira sua unidade do fato nacional. A Europa justapõe grupos lingüísticos, étnicos, históricos, portanto de natureza e origem dessemelhantes, que se consideram nações. Assim como o movimento operário nasceu ao mesmo tempo de uma condição social, que constitui o dado objetivo? O problema é de uma tomada de consciência dessa condição pelos interessados, o movimento das nacionalidades supõe ao mesmo tempo a existência de nacionalidades e despertar do sentimento de que se faz parte dessas nacionalidades. O fenômeno, portanto, não conta como força, não se toma um fator de mudança senão a partir do momento em que passa a se integrar no modo de pensar, de sentir, em que passa a ser percebido como um fato de consciência, um fato de cultura.

Como tal, ele interessa a todo o ser, ele se endereça a todas as faculdades do indivíduo, a começar pela inteligência. O movimento das nacionalidades no século XIX foi em parte obra de intelectuais, graças aos escritores que contribuem para o renascer do sentimento nacional; graças aos lingüistas, filólogos e gramáticos, que reconstituem as línguas nacionais, apuram-nas, conferem-lhes suas cartas de nobreza; graças aos historiadores, que procuram encontrar o passado esquecido da nacionalidade; graças aos filósofos políticos (a idéia de nação constituía o centro de alguns sistemas políticos). O movimento toca também a sensibilidade, talvez mais ainda do que a inteligência, e é como tal que ele se transforma numa força irresistível, que ele provoca um impulso.

Enfim, ele faz com que intervenham interesses e nele encontramos as duas abordagens, a ideológica e a sociológica, conjugadas. Com efeito, os interesses entram em ação quando, por exemplo, o desenvolvimento da economia apela para o excesso dos particularismos, para a realização da unidade. É assim que devemos encarar o lugar do Zollverein na unificação alemã. Na Itália, é a burguesia comerciante ou industrial que deseja a unificação do país, pois vê nessa idéia a possibilidade de um mercado maior e de um nível de vida mais elevado.

Desse modo, na origem desse movimento das nacionalidades, confluem a

reflexão, a força dos sentimentos e o papel dos interesses. Política e economia interferem estreitamente, e é justamente essa interação que constitui a força de atração da idéia nacional, pois se dirigindo ao homem em sua integridade, ela pode mobilizar todas as suas faculdades a serviço de uma grande obra a ser realizada, de um projeto capaz de despertar energias e de inflamar os espíritos. (...)

Enquanto o domínio do liberalismo fica por muito tempo limitado à Europa Ocidental, todos os países - ou quase todos - conheceram crises ligadas ao fato nacional, mesmo aqueles nos quais a unidade era o resultado de uma história várias vezes secular. Quase todos se encontram às voltas com problemas de nacionalidade: a Grã-Bretanha, com o problema da Irlanda, que se toma cada vez mais grave, transformando-se num problema interno dramático; a França, com a perda da Alsácia e da Lorena em 1871, conserva até a guerra de 1914 a nostalgia das províncias perdidas; a Espanha, onde o regionalismo basco e o particularismo catalão entram em luta com a vontade unificadora e centralizadora da monarquia.

Se isso acontece no que respeita aos países da Europa Ocidental, onde a unidade nacional e antiga ocorre com muito mais razão quando nos deslocamos para leste, onde as fronteiras ainda são instáveis, onde a geografia política ainda não tomou forma definitiva, onde as nacionalidades estão à procura de si mesmas e em busca de expressão política. A Itália e a Alemanha, para as quais o século XIX é o século de sua futura unidade, a Áustria-Hungria, os Bálcãs, o Império Russo, com as províncias alógenas que resistem a russificação, têm problemas de nacionalidade. Mesmo os países aparentemente mais pacíficos estão às voltas com problemas de nacionalidade, como a Dinamarca, com a guerra dos ducados em 1862, a Suécia, que se desmembra em 1905, a Noruega, com sua luta pela secessão. Fora da Europa, podemos mencionar o nacionalismo dos Estados Unidos; os movimentos da América Latina; o Japão, onde o sentimento nacional inspira o esforço de modernização; a China, onde a revolta dos boxers, em 1900, constitui um fenômeno nacionalista.

O fato nacional, portanto, aparece em escala mundial e não constitui sua menor singularidade o fato de esse movimento, que representa a afirmação da particularidade, constituir-se talvez no fato mais universal da história. Ele está presente na maioria das guerras do século XIX. Trata-se de uma característica que diferencia as relações internacionais anteriores e posteriores a 1789. Na Europa do Antigo Regime, as ambições dos soberanos eram o ponto de origem dos conflitos. No século XIX, o sentimento dinástico deu lugar ao sentimento nacional, paralelamente a mudança da soberania da pessoa do monarca para a coletividade nacional. As guerras da unidade italiana, da unidade alemã, a questão do Oriente, tudo isso procede da reivindicação nacional. (...)

A idéia nacional, por sua necessidade de se associar a outras idéias políticas, de se amalgamar com certas filosofias, pode entrar, por isso, em combinações diversas, que não são predeterminadas. A idéia nacional pode se dar bem, indiferentemente, com uma filosofia de esquerda ou uma ideologia de direita. Aliás, entre 1815 e 1914, o nacionalismo contraiu aliança com a idéia liberal, com a corrente democrática, muito pouco com o socialismo, na medida em que este se define como internacionalista, embora, entre as duas guerras, delineiem-se acordos imprevistos entre a idéia socialista e a idéia nacionalista. Essa espécie de indeterminação do fato nacional, essa possibilidade de celebrar alianças de intercâmbio, explicam as variações de que a história nos oferece mais de um exemplo. Elas explicam, notadamente, que existiam dois tipos de nacionalismo, um de direita e outro de esquerda; um mais aristocrático,

outro mais popular: o primeiro, de tendências conservadoras e tradicionalistas, escolhe seus dirigentes e seus quadros entre os notáveis tradicionais: o segundo visa a democratização da sociedade e recruta seu pessoal nas camadas populares.

Rémond, René. O Século XIX - 1815-1914. São Paulo, Cultrix, 1976, v. 2, pp. 149-52.

O texto do historiador argentino Leon Pomer analisa os limites do liberalismo da burguesia italiana à época da unificação. O autor faz referência aos carbonários, que surgiram no início do século XIX em vários reinos. As sociedades secretas dos carbonários combatiam o imperialismo austríaco e a tirania, na época da restauração europeia. Faziam parte das sociedades artesãos, profissionais liberais, suboficiais e outros, que sofreram intensa repressão em virtude das ações diretas e das conspirações. Os carbonários estavam quase sempre isolados das massas que, intimidadas pelo terror, apenas em raras ocasiões entendiam o significado de sua luta. O texto do historiador argentino Leon Pomer analisa os limites do liberalismo da burguesia italiana à época da unificação. O autor faz referência aos carbonários, que surgiram no início do século XIX em vários reinos. As sociedades secretas dos carbonários combatiam o imperialismo austríaco e a tirania, na época da restauração europeia. Faziam parte das sociedades artesãos, profissionais liberais, suboficiais e outros que sofreram intensa repressão em virtude das ações diretas e das conspirações. Os carbonários estavam quase sempre isolados das massas que, intimidadas pelo terror, apenas em raras ocasiões entendiam o significado de sua luta.

OS LIMITES DA UNIFICAÇÃO ITALIANA

Leon Pomer

No processo da unidade italiana - cujo início se dá em 1848 - fica claro que a burguesia evita qualquer aliança com a massa camponesa pobre e oprimida e prefere o compromisso com os latifundiários, ainda mergulhados em idéias feudais. A unidade italiana - o processo de constituição de um Estado único para todo o país - conserva o sistema oligárquico, pelo qual os grandes proprietários da terra mantêm o domínio direto sobre os camponeses. Isto não impede a formação do Estado, mas retarda a eclosão do fenômeno nacional.

Por que isto ocorre? Os liberais moderados, entre os quais se destaca Cavour, líderes da unificação, temem que na Itália se repitam os “escândalos” revolucionários do 89 francês. E temem uma lição histórica ainda mais próxima à de 1848, quando ocorrem levantamentos populares em grande parte da Europa, inclusive em Milão.

Podemos, pois, concluir que, se a estratégia é a unidade política, a tática cuidadosamente escolhida exclui qualquer caminho revolucionário. A história coloca limitações ao acionar agentes que de alguma maneira estão construindo a Itália. Os liberais de Cavour, diz Antônio Gramsci - concebem a unidade do país como uma conquista, um alargamento do Estado piemontês e do patrimônio da dinastia que o governa; nunca como um movimento nacional que se processa a partir dos estratos mais profundos do povo.

O Estado italiano será mais Estado que nação; será, pois um frágil Estado nacional. Além de tudo isso, porque o sentimento nacional é estranho à grande massa das variadas e muito diferenciadas regiões do país. A lição que deixou o surgimento político dos “carbonários” (revolucionários radicais-democráticos) do sul da Itália é altamente significativa. Quando procuram atrair os camponeses com a proposta de reforma agrária, o fracasso será total. Algo semelhante ao ocorrido na Galícia polonesa em 1846, quando os revolucionários que proclamam a abolição da servidão enfrentam a hostilidade ou a indiferença daqueles a quem pretendem libertar.

Tanto o exemplo italiano como o caso polonês demonstram que o sentimento nacional, ou seja, a representação subjetiva da nacionalidade como patrimônio comum que engloba as diferenças, não é simplesmente um produto da tradição, da cultura ou da religião. Devem existir condições sociais - e já falamos diversas vezes nelas - para que a consciência nacional triunfe. Hobsbawm afirma que, quando em 1830 desencadeia-se na Europa uma onda de nacionalismo, “... para as massas, em geral, a prova da nacionalidade era ainda a religião: os espanhóis se definiam por serem católicos, os russos por serem ortodoxos (...). Também na Alemanha, a mitologia patriótica havia exagerado muito o grau de sentimento nacional contra Napoleão...”

A história demonstrou reiteradamente - e com exemplos de um passado mais recente - que determinadas postulações ideológicas e políticas, por mais justas e bem intencionadas que possam ser, encontram-se tão distantes da consciência popular que esta acaba por rechaçá-las ou menosprezá-las. Nos movimentos nacionais, como em qualquer grande movimento social, o voluntarismo das elites (intelectuais, políticas e sociais) não foi suficiente para que o povo aceitasse sua mensagem. O significado que uma mensagem pode ter para o povo não pode ser considerado se se desconhece o contexto cultural e social em que se movem os interlocutores e o tipo de receptividade que sua consciência desenvolve.

Outra lição é que onde o Estado se constitui antes que a nação, esta receberá o impacto da ação estatal, que é a ação e o pensamento do grupo político que assumiu a condução do Estado. Neste caso, os valores comuns da nacionalidade serão preferencialmente aqueles que o Estado tenha escolhido como os mais idôneos para assegurar sua dominação. Os valores emanados do povo e gerados por ele serão deixados de lado, quando não eliminados de vez.

POMER, Leon. O Surgimento das Nações. São Paulo: Atual; Campinas: Editora da Universidade de Campinas, 1985, pp. 40-44. (Coleção Discutindo a História.)

A obra do professor Arno J. Mayer, *A Força da Tradição*, discute o "modelo explicativo" do andamento da sociedade europeia pós-revolução industrial e pós-revolução francesa, como observa o prof. Francisco Foot Hardmann na apresentação da mesma. No que diz respeito à unificação italiana, o texto selecionado analisa a força da nobreza italiana, quebrando o mito do poder da burguesia e de sua ascensão crescente. A leitura dará a dimensão das divergências entre a "nobreza inferior" e a aristocracia original de Roma, fundamental para as relações entre o Estado e a Igreja.

A NOBREZA ITALIANA À ÉPOCA DA UNIFICAÇÃO

Arno J. Mayer

Por certo, até o *Risorgimento*, a grande nobreza fundiária, quase inseparável da hierarquia aristocrática da Igreja, praticamente presidiu a classe dominante da Itália. Daí em diante, os elementos profissionais e mercantis começaram a avançar, mas muito mais dentro da classe governante que da dominante. Não é certo que, após a unificação, a nobreza italiana, tanto do norte como do sul, tenha entrado em acelerada decomposição e pouco lhe restasse além de seu status social em rápida decadência. O que é mais importante é que os próprios líderes do *Risorgimento*, temerosos em relação às classes inferiores, tinham tido o cuidado de não afastar a nobreza fundiária, a qual eles e seus sucessores consideravam como força essencial para a ordem na sociedade maciçamente agrária da Itália.

O próprio conde Camilo Benso di Cavour encarnava uma relevante característica da classe dominante italiana desde o século XIV. Como o filho mais novo de uma família nobre, fez fortuna dedicando-se à agricultura e às finanças, sem de modo algum trair ou macular sua casta. A nobreza italiana fora, através dos séculos, um amálgama de famílias agrárias e comerciais. Enquanto os maiores nomes do capitalismo mercantil adquiriam títulos e propriedades rurais, as antigas famílias feudais se ramificavam para o comércio e os negócios. Mas a fusão gradual entre eles assumiu uma forma nobiliárquica. Os mercadores e banqueiros ricos negavam suas próprias origens sociais adquirindo vastas propriedades rurais e buscando títulos. O resultado foi que mesmo as cidades que extraíam sua vitalidade do capitalismo mercantil geravam um patriciado solidamente nobiliárquico.

É certo que a nobreza italiana nunca deteve as prerrogativas militares dos Junker ou os benefícios da arena nacional onde a nobreza inglesa forjava suas convenções e sua ascendência política. Mesmo assim, a elite era mais feudalista que burguesa. Não obstante a revogação do feudalismo, os camponeses continuavam enfeudados por seus senhores rurais, numa sociedade agrária onde ainda prevalecia o grande latifúndio. Os donos da terra mantinham seu controle excessivo em larga medida porque o crescimento demográfico exorbitante obrigava os pequenos rendeiros e diaristas rurais a aceitarem sua própria super exploração. Além do mais, no caso de levantes rurais, os grandes proprietários sempre podiam empregar sua autoridade ou influência política local e regional para fazer com que o Estado restaurasse a ordem.

Em todo caso, a nobreza italiana, inclusive seu componente aristocrático, pode

ter sido proporcionalmente a maior da Europa. Ela estava oculta, em parte, pois, a exceção dos nomes principescos que figuravam no Almanaque de Gotha, pouca diferença havia entre os nomes nobres e plebeus. Mesmo levando em conta os que artificialmente alongavam seus nomes, a maioria da nobreza não podia ser reconhecida de pronto somente pelo nome. Contudo, havia grandes famílias conhecidas local, regional e até nacionalmente.

Embora dividida entre papistas “negros” e nacionalistas “brancos”, a aristocracia da capital constituía um formidável *establishment* social. Os descendentes de papas e cardeais eram os nobres mais antigos e ricos. Não surpreende que, após 1870, as Barberini, Borghese e Chigi, bem como a maioria dos Colonna e Orsini, recusassem a transferir sua lealdade do Vaticano para o Palácio Quirinal. Mesmo entre os membros inferiores da antiga nobreza romana havia poucos nacionalistas declarados, embora essa nobreza inferior afinal se unisse à nobreza mais recente de comerciantes e banqueiros que estavam entre os primeiros a gravitar em torno da corte da Casa de Sabóia. Em suma, a aristocracia original de Roma, com poucas exceções, apoiava o Santo Papa em seu desafio à nação italiana secular, ao passo que o resto da nobreza sustentava as forças conservadoras da sociedade civil e política pós-unificação, agrupando-se em torno da coroa.

MAYER, Amo J. A Força da Tradição - A persistência do Antigo Regime (1848-1914). São Paulo, Companhia das Letras, 1987, pp. 128-9.

No trecho apresentado a seguir, discute-se a questão historiográfica referente à Primeira Guerra Mundial, tema que tem suscitado inúmeros debates, tanto por parte dos liberais e revisionistas como dos marxistas. Os primeiros desenvolveram suas teses, em grande parte, a partir das articulações existentes entre a Primeira Guerra Mundial e as implicações políticas suscitadas por esta. Alguns autores, partindo do artigo 231, do Tratado de Versalhes, questionam a culpabilidade da Alemanha como desencadeadora dos conflitos. Pelo artigo citado, era inquestionável a responsabilidade alemã, inclusive sob o aspecto moral. A revisão desta tese é um dos pontos de destaque da historiografia ocidental. Já a historiografia marxista, a partir do livro *O Imperialismo: etapa superior do capitalismo*, escrito por Lenine em 1916, portanto com a guerra em andamento, procura estabelecer as conexões existentes entre capitalismo monopolista, imperialismo e guerra mundial, afirmando que esta é uma decorrência natural, previsível e inevitável do imperialismo. Ao mesmo tempo, dialeticamente, conforme observou Lenine, “o monopólio constitui a passagem do capitalismo a um regime superior”.

PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL - DISCUSSÃO HISTORIOGRÁFICA

Wolfgang Schieder

Poucos temas da história contemporânea chamaram, imediatamente, a atenção da investigação historiográfica intencional e foram discutidos com tanto cuidado como da Primeira Guerra Mundial. As publicações sobre esta guerra, aproximadamente meio século depois se contavam aos milhares. Esta surpreendente intensidade investigadora é explicada pelo fato de que o esclarecimento histórico das conexões da Primeira Guerra Mundial afeta imediatamente a interesses políticos, coisa que raras vezes ocorre na ciência da história. (...)

O elemento que desencadeou a polêmica científica sobre a Primeira Guerra Mundial foi o Tratado de Versalhes, cujo artigo 231 estabelecia o seguinte: “os governos aliados declaram que a Alemanha reconhece que a Alemanha e os que lutaram a seu lado são responsáveis, como autores de todas as perdas e danos que os governos aliados e seus associados sofreram, assim como seus habitantes, em consequência da guerra que lhes foi imposta pela agressão da Alemanha e dos que lutaram a seu lado.”

Sem dúvida alguma, a intenção original e única dos vencedores ao redigir este artigo foi a de assegurar as futuras exigências de reparações de guerra do ponto de vista do direito público internacional. Mas, como explicou F. Dickmann (1964), nesta mesma Conferência de Paz de Versalhes atribuiu-se também a este artigo um sentido moral, que acabou impondo-se. Sobretudo, os alemães consideraram desde o princípio este artigo exclusivamente como uma condenação moral do império alemão, a quem se declarava o único culpado da guerra. (...)

Depois de 1945, não apenas historiadores alemães, mas também os ingleses e franceses, estavam dispostos a rever seus juízos condenatórios unilaterais. É digna

de menção especial a declaração conjunta dos historiadores alemães e franceses de outubro de 1951, assinada, entre outros, por G. Ritter e P. Renouvin.

Nesta declaração se dizia que os documentos não permitiam “atribuir no ano de 1914 a nenhum governo nem a nenhum povo a vontade consciente de desencadear uma guerra européia”. Sobre a Alemanha se dizia: “em 1914, a política alemã não tinha como objetivo desencadear uma guerra européia; estava condicionada, primariamente, pelos deveres que lhe impunham sua aliança com a Áustria-Hungria. Para impedir a dissolução do Estado austro-húngaro - considerada perigosa - a Alemanha deu ao governo de Viena garantias que equivaliam a outorgar-lhe carta branca. O governo alemão estava dominado pela crença de que era possível a localização geográfica do conflito com a Sérvia, como havia ocorrido em 1908-1909; ainda que estivesse disposto, em caso de necessidade, a afrontar o perigo de uma guerra européia”. (...)

Na concepção marxista-leninista da história, a Primeira Guerra Mundial ocupa um lugar central. Os historiadores comunistas não lhe atribuem esta posição privilegiada olhando a guerra em si mesma; seu interesse especial por esta guerra procede, antes de tudo, do fato de que ela permitiu a livre atuação das forças que tomaram possível a revolução bolchevique de outubro de 1917. Enquanto o desencadeamento, o curso e o resultado da guerra tornam manifesta, nos países ocidentais, a crise interna do marxismo tradicional e provocam a decadência dos partidos trabalhadores clássicos de tipo social-democrata, na Rússia, pelo contrario, esta mesma guerra acelera a expansão e o êxito sem igual do socialismo revolucionário de cunho bolchevique.

Sem dúvida, para os historiadores comunistas, a interdependência entre a Revolução de Outubro e a Primeira Guerra Mundial não é importante apenas pelo desenvolvimento histórico dos acontecimentos; para eles possui também um significado fundamental. Com efeito, por esta conexão de acontecimentos se vê confirmada a exatidão de sua teoria geral sobre o imperialismo.

Esta teoria deve sua origem a V. L. Lenine, que a formulou depois de começar a grande guerra. A Primeira Guerra Mundial proporcionou a Lenine algumas experiências concretas que lhe serviram de base e ponto de partida para elaborar sua teoria política da revolução, nutrida de elementos teológicos e imaginada a longo prazo (...). A análise da Primeira Guerra Mundial feita por Lenine estabelece três teses, as quais desfrutam até nossos dias de valor dogmático para a ciência comunista.

1. Para Lenine, a Primeira Guerra Mundial foi, indubitavelmente, uma guerra imperialista. No prólogo da edição francesa e alemã de sua obra o Imperialismo: Etapa Superior do Capitalismo resumiu graficamente em 1920 que havia visto: “... uma guerra de conquistas, uma guerra de latrocínios e espoliações” e uma “guerra pela divisão do mundo, pela a distribuição e redistribuição das colônias, e das áreas de influência do capitalismo financeiro...”. Lenine descartou com isso a idéia de que a Primeira Guerra Mundial ocorreu por objetivos nacionais. Para ele, a guerra foi, desde o princípio, uma contenda entre um punhado de grandes potências que pretendiam explorar e oprimir outros povos. Entre estas grandes potências incluía somente a Inglaterra, Alemanha e Rússia. As intenções dos demais Estados beligerantes ficavam eclipsadas pelas destes três “poderosos bandoleiros”. (...)

2. Por se tratar de uma guerra imperialista, a Primeira Guerra Mundial era, na opinião de Lenine, inevitável. Esta afirmação se converteu num dogma dentro do campo da ciência marxista-leninista da história. Certamente encerra uma contradição fundamental, que o marxismo-leninismo ortodoxo não resolveu claramente até agora. Para Lenine, a inevitabilidade da Primeira Guerra Mundial baseava-se radicalmente no

fato de que foi desencadeada de acordo com um plano previamente estabelecido. (...)

3. Lenine partia do fato de que a guerra imperialista tomaria possível derrubar o sistema capitalista pelo caminho revolucionário. Para demonstrar a conexão teoricamente exigida entre guerra e revolução, apresentou a guerra como o resultado final dos antagonismos imanentes na ordem econômica capitalista. O fato de que as potências imperialistas tentaram resolver seus problemas mediante uma guerra geral, permitia, na opinião de Lenine, deduzir inexoravelmente que o capitalismo havia alcançado no Imperialismo seu “mais alto” e, portanto, seu último “estágio”. Apoiando-se em K. Marx mas dando à sua dialética histórico-econômica uma maior intensidade no sentido unilateralmente ativista, Lenine concluiu que o capitalismo, depois de transformar-se ultimamente em imperialismo, desembocaria no socialismo tão logo o proletariado, com consciência de classe, aproveitasse sua oportunidade revolucionária. (...)

Os historiadores soviéticos destacam como um dado dogmático a efetiva conexão entre imperialismo, guerra e revolução, enquanto a investigação ocidental a coloca em dúvida e a examinam como um problema. Conseqüentemente, a atividade científica historiadores soviéticos se reduz a realinhar com materiais históricos concretos os espaços previamente dados com caráter dogmático.

SCHIEDER, Wolfgang. La Primera Guerra Mundial. In: Kemig, C. D. (org). Marxismo y Democracia. Enciclopédia de conceptos básicos. Madri, Ediciones Rioduero, 1975, tomo 4, pp. 47-63.

Provavelmente não existe, na história contemporânea, outro tema mais polêmico do que a Revolução Russa. Historiadores não podem ser neutros e, com relação a esse tema, trata-se de uma atitude impossível. Tentar fazer um levantamento de todas as opiniões a respeito também é praticamente impossível. Optamos, portanto, por apresentar um resumo das observações expostas por Dietrich Geyer na Enciclopédia *Marxismo y Democracia*, onde se faz um apanhado geral das questões colocadas pelos historiadores marxistas e não-marxistas. Os primeiros, bastante presos às teses leninistas que já foram abordadas nos capítulos do imperialismo e Primeira Guerra Mundial. Os demais, apesar de reconhecerem a importância da Revolução, têm dirigido suas observações para questões do tipo: por que teria ocorrido esta Revolução na Rússia? Ou então: por que fracassou a experiência democrático-burguesa de fevereiro? O texto, embora extremamente sintético, tenta dar conta desta problemática.

A REVOLUÇÃO RUSSA: DISCUSSÃO HISTORIOGRÁFICA

Dietrich Geyer

Com relação à história da revolução russa, as posições dos intérpretes não-soviéticos não podem basear-se em teses lapidares. Repassando todas as diferenças que existem com relação a este problema fora do mundo comunista, as concepções que se podem expor aqui contradizem, de imediato, os pontos de vista fundamentais soviéticos.

A frase axiomática que eleva a revolução socialista à categoria de um imperativo histórico e rechaçada, com o que cai por terra também a possibilidade de aceitar as amplas deduções dos historiadores soviéticos. Esta contraposição notável não significa, sem embargo, que a investigação ocidental se circunscreveu radicalmente aos problemas colocados com isso, pois, apesar da repulsa ao grosseiro determinismo histórico, sempre se discutiu, da forma mais violenta, se e em que medida poder-se-ia atribuir ao desenvolvimento russo em 1917 elementos intrinsecamente inevitáveis.

A atualidade desta questão, jamais esgotada, explica-se apenas parcialmente pelo esforço de contrapor a interpretação autêntica dos revolucionários bolcheviques e de seus sucessores seus próprios critérios de medida. A este respeito, mostra-se não menos eficaz o fato de que o problema da legitimidade histórica permaneceu discutido na ciência histórica não marxista e que uma vez ou outra torne a se colocar a questão de se dar ao processo histórico e inerente uma lógica interna. Aqui continua existindo a principal diferença entre a tradição do pensamento progressista liberal e o princípio histórico de uma história radicalmente aberta.

Assim, pois, compreende-se que esta tensão apareça com insistência precisamente nos julgamentos sobre a Revolução de Outubro. Na atualidade, a utilização de modernos métodos e teorias científico-sociais e econômicos deu novo impulso às controvérsias, que, entretanto, já são históricas.

As diferenças de opinião que se encontram nas investigações ocidentais se evidenciam concretamente nas controvérsias em torno a complexos problemas centrais: 1) os fundamentos da derrubada do sistema czarista na Primeira Guerra Mundial; 2) as causas do fracasso das experiências democrático-burguesas da revolução de fevereiro; 3) as causas da vitória dos bolcheviques na Revolução de Outubro e de sua capacidade para manter-se no poder. (...)

Todas as manifestações soviéticas a respeito da Revolução de Outubro se baseiam no dogma da teoria marxista-leninista, segundo o qual a passagem do capitalismo ao socialismo (e ao comunismo) seria historicamente inevitável em virtude das leis objetivas do desenvolvimento social. O teorema da legitimidade histórica se relaciona também com a Revolução de Outubro.

Em estreita conexão com Lenine, se parte do princípio de que a revolução socialista, desde o período do fim do século, havia se convertido em uma tarefa imediatamente prática da luta das classes proletárias, devido ao fato de que o capitalismo (o sistema capitalista mundial) havia iniciado então seu mais elevado e último estágio, ou seja, o imperialismo. Esta afirmação não leva os historiadores soviéticos a passar por cima da arquidiscutida questão de por que a revolução socialista não iniciou seu processo nos países industrialmente desenvolvidos, mas nos mais atrasados tanto do ponto de vista socioeconômico como político como é o caso da Rússia.

Ao responder a esta questão, remete-se continuamente a Lenine e, de imediato, à lei de igualdade do desenvolvimento econômico e político dos países capitalistas na época do imperialismo, fundada cientificamente por Lenine segundo se diz. No que diz respeito aos pressupostos históricos da Revolução de Outubro, derivam-se uma série de conclusões, que é possível agrupar, seguindo um sistema teórico, do seguinte modo:

1. Sem levar em conta a demora com que a Rússia entra no século XIX no estágio do capitalismo, o império dos czares não atrasou o novo estágio imperialista, mas alcançou ao mesmo tempo em que os países capitalistas desenvolvidos.

2. O potencial revolucionário que determinou o desenvolvimento em direção à revolução socialista era a classe trabalhadora russa. Sob a direção de sua vanguarda, o Partido Bolchevique, esta classe se converteu na força motriz e diretriz do processo revolucionário.

Na luta contra o regime czarista, o proletariado russo se aliou com a massa de milhões de camponeses necessitados e oprimidos, do que resultou que na Rússia pode irromper a revolução proletária contra a burguesia ao mesmo tempo em que a revolução dos camponeses contra os grandes proprietários. A este respeito, a hegemonia da classe trabalhadora nunca se pôs em dúvida.

3. A aliança dialética entre progresso e atraso, capitalismo altamente desenvolvido e elementos de opressão feudal e nacional, deu, como resultado, a peculiaridade do desenvolvimento russo. Ao mesmo tempo, explica especialmente o grau de maturidade da Rússia no caminho para a revolução socialista. Por causa de seus antagonismos intensos, o império czarista era um membro que corria o maior perigo no sistema capitalista mundial e constituía o elo mais fraco da cadeia do imperialismo, o ponto crucial das contradições na época imperialista. (...)

4. A Primeira Guerra Mundial agudizou ao máximo as contradições do imperialismo em todo o mundo. Esta guerra imperialista não foi, claro, a causa da revolução socialista na Rússia, mas um fator estimulante e acelerador de seu desenvolvimento. A revolução democrático-burguesa de fevereiro que derrubou o

czarismo, não pode resolver as contradições, extraordinariamente agudizadas como consequência da guerra. O poder caiu nas mãos da burguesia. Além disso, a Rússia, sob o governo provisório e o chamado duplo poder, continuou, então como sempre, sendo um país imperialista. O proletariado russo, ao qual corresponde o maior mérito na derrubada do czarismo, passou a ser agora a vanguarda do proletariado mundial e da revolução internacional.

Geyer, Dietrich. Revolución de octubre. In: Kernig, op. cit., tomo 8, pp. 132-147. (Tradução dos organizadores.)

